



# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

**INDICAÇÃO Nº 134 / 2016**

Protocolo:	793/16		
Data:	25/05/16	Hora:	08:23
Ofício:			
Aprovado na	15-SO, realizada		
em	24.05.16	adendo	
Presidente			

*LUIS HENRIQUE CAPELLINI*  
Presidente da Câmara

***Assunto: Indica ao Poder Executivo por meio da Secretaria de Saúde e Administração e Finanças providências no sentido de dar cumprimento à legislação trabalhista da categoria de servidores "agentes de endemias" do município.***

Bertioga, 24 de maio de 2016.

Excelentíssimo Sr. Presidente, Nobres Vereadores:

**Valéria Bento** no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Colendo Plenário, fazer a seguinte Indicação:

Criada e regulamentada pela Lei Federal 11.350 de 2006, as atividades dos agentes de endemias possuem papel fundamental na prevenção de doenças, e promoção da saúde mediante ações domiciliares e comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS.



# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

A partir desta norma, os Municípios, enquanto gestores locais do SUS, ficaram incumbidos da contratação dos servidores, mediante processo seletivo, submetidos ao regime de trabalho da CLT. Nossos agentes foram aprovados no processo seletivo constante no edital nº 01/2016.

A legislação trabalhista aplicável prevê diversos direitos a esses servidores, dentre eles, o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual-EPI, adicional de insalubridade e vale-refeição, nos termos do artigo 166, e do artigo 189 a 194 da CLT.

Ocorre que nenhum dos direitos acima citados foram disponibilizados aos nossos agentes. É sabido que uma das atribuições dos agentes de endemia é a manipulação de produtos químicos e exposição a riscos biológicos e a Norma Regulamentar nº 15 do Ministério do Trabalho, em seu anexo 14, tipifica tais casos como característicos da insalubridade.

Nota-se com tais condutas que, além do descumprimento das normas trabalhistas aplicáveis, a Administração confere tratamento desigual entre os servidores, além daqueles naturalmente existentes por regimes jurídicos diversos. Não há razão para sonegar o fornecimento de vale-refeições a esses profissionais tão importantes.





# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Uma política de valorização do servidor, independentemente do regime jurídico aplicável (celetista ou estatutário) é fundamental para a qualidade dos serviços públicos e para a dignidade da classe, contribuindo com a excelência da prestação aos munícipes, pagadores de tributos.

O fornecimento de equipamentos individuais e o adicional de insalubridade não podem ser negados, sob pena de afronta à legislação. Desta forma, atendendo aos reclamos da categoria, indico ao Executivo Municipal, por meio das secretarias de Saúde e Administração e Finanças, providências para adequar a situação da categoria dos agentes de endemias à legislação trabalhista aplicável, estruturando a carreira com o fornecimento de EPI's, vale-refeições e adicional de insalubridade aos profissionais.

Observados os preceitos regimentais, esta a Indicação que vai devidamente subscrita.

ELISABETH DOTTI CONSOLO  
Vereadora

LUÍS HENRIQUE CAPELLINI  
Presidente da Câmara

ALFONSO DARI WEILAND  
Vereador

Valéria Bento  
Vereadora

LUÍZ CARLOS PACÍFICO JR.  
Vereador

IVAN DE CARVALHO  
Vereador

JOSÉ FELICIANO IRMÃO  
2º Secretário

Viz. Antonio Rodrigues Filho  
Vice-Presidente